

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	26
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	28
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	29
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	100.000
Preferenciais	0
Total	100.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	26.317.378	23.982.125
1.01	Ativo Circulante	25.316.724	23.022.042
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	944.143	296.538
1.01.03	Contas a Receber	23.256.137	21.896.355
1.01.06	Tributos a Recuperar	215.778	215.777
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	900.666	613.372
1.02	Ativo Não Circulante	1.000.654	960.083
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	801.657	799.143
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	801.657	799.143
1.02.03	Imobilizado	198.997	160.940
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	198.997	160.940

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	26.317.378	23.982.125
2.01	Passivo Circulante	25.808.451	22.840.660
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	26.233	22.331
2.01.02	Fornecedores	20.562	15.866
2.01.03	Obrigações Fiscais	99.168	152.732
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	24.487.670	21.486.051
2.01.04.02	Debêntures	24.487.670	21.486.051
2.01.05	Outras Obrigações	1.174.818	1.163.680
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	181.721	181.351
2.01.05.02	Outros	993.097	982.329
2.03	Patrimônio Líquido	508.927	1.141.465
2.03.01	Capital Social Realizado	100.000	100.000
2.03.04	Reservas de Lucros	20.000	20.000
2.03.04.01	Reserva Legal	20.000	20.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	388.927	1.021.465

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.009.646	1.940.217
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-875.989	-417.428
3.03	Resultado Bruto	133.657	1.522.789
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-837.547	-938.733
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-837.547	-938.733
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-703.890	584.056
3.06	Resultado Financeiro	71.352	141.581
3.06.01	Receitas Financeiras	83.956	173.735
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.604	-32.154
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-632.538	725.637
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-240.716
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-632.538	484.921
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-632.538	484.921

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-632.538	484.921
4.03	Resultado Abrangente do Período	-632.538	484.921

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.441.128	-560.205
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.683.419	-1.430.072
6.01.02.01	Direitos creditórios	-1.359.782	-2.188.124
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-1	-17
6.01.02.03	Outros créditos	-287.294	2.534
6.01.02.04	Partes relacionadas (Ativo)	-2.514	-487
6.01.02.05	Partes relacionadas (Passivo)	370	-2.667
6.01.02.06	Obrigações com fornecedores	4.696	506.334
6.01.02.07	Obrigações tributárias (Exceto IRPJ e CSLL)	-53.564	44.505
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	3.902	8.026
6.01.02.09	Outras obrigações	10.768	199.824
6.01.03	Outros	242.291	869.867
6.01.03.01	Lucro Líquido ajustado (antes de IRPJ e CSLL)	242.291	1.079.377
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-209.510
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-47.508	-50.571
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-49.702	-50.571
6.02.02	Venda de ativo imobilizado	2.194	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.136.241	1.060.683
6.03.01	Resgate de debêntures	-1.740.759	-336.317
6.03.02	Ingressos decorrentes da emissão de debêntures	3.877.000	1.397.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	647.605	449.907
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	296.538	3.500.750
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	944.143	3.950.657

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	100.000	20.000	0	1.021.465	0	1.141.465
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	100.000	20.000	0	1.021.465	0	1.141.465
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-632.538	0	-632.538
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-632.538	0	-632.538
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	100.000	20.000	0	388.927	0	508.927

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	100.000	0	296.885	0	0	396.885
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-102	0	0	-102
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	0	296.783	0	0	396.783
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	484.921	0	484.921
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	484.921	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	100.000	0	296.783	484.921	0	881.704

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	1.009.646	1.940.217
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-712.743	-858.565
7.03	Valor Adicionado Bruto	296.903	1.081.652
7.04	Retenções	-9.451	-10.850
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.451	-10.850
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	287.452	1.070.802
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	83.956	173.735
7.06.02	Receitas Financeiras	83.956	173.735
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	371.408	1.244.537
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	371.408	1.244.537
7.08.01	Pessoal	53.063	14.127
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	21.159	326.902
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	929.724	418.587
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-632.538	484.921

Joinville – SC, 14 de junho de 2022.

Aos acionistas da

ROMAXIS SECURITIZADORA S/A

Senhores Acionistas,

A Administração da **ROMAXIS SECURITIZADORA S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Informações Trimestrais, com o Relatório dos Auditores Independentes relativas ao período encerrado em 31 de março de 2022.

Em atendimento a instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa.

Informamos ainda, que as referidas demonstrações financeiras têm o objetivo específico de atender aos requisitos no processo de registro da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme disposto nos artigos 25 e 26 da INCVM 480/09.

Atenciosamente,

ROMAXIS SECURITIZADORA S/A

Diretor Presidente

Pedro Luiz Mees

Notas Explicativas

Romaxis Securitizadora S/A
Demonstrações financeiras de acordo com
as práticas contábeis adotadas no Brasil
em 31 de março de 2022

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Romaxis Securitizadora S/A, é uma sociedade anônima de capital aberto criada em 01 de setembro de 2017, tem como objetivo social (I) securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; (II) emissão e colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos, valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"); (III) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de títulos e valores mobiliários; (IV) prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; (V) Emissão de Debêntures em regime de distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76, (VI) realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos.

A companhia tem sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua: Expedicionário Holz, nº 550, 18º andar, sala 1.804, Bairro: América, CEP: 89.201-740.

As Informações Trimestrais da Companhia relativas ao período findo em 31 de março de 2022 foram autorizadas pelo Conselho de administração em 16 de junho de 2022.

1.1 Continuidade dos negócios

A administração concluiu não haver incertezas materiais sobre a continuidade dos negócios. Avalia que possui habilidade em continuar operando normalmente e pretende dar continuidade aos negócios.

Em 31/03/2022, a Companhia apresentou um patrimônio líquido positivo de R\$ 508.927, e um capital circulante negativo de R\$ 491.727. O capital circulante negativo é principalmente decorrente do aumento do CDI que afetou a rentabilidade e elevou o saldo da conta de debêntures.

A Administração iniciou as seguintes ações para reverter esse cenário (I) Resgate de debêntures com custo elevado e alteração para remuneração máxima de 1,50% fixo ao mês, conforme política de captação; (II) aumento de 27% da taxa de securitização comparado janeiro 2022 e março 2022; (III) redução de 100% das despesas de serviços de terceiros devido a contratos que finalizaram em maio de 2022.

Adicionalmente, a Companhia possui apoio financeiro de empresas parceiras via emissão de debêntures. Em 31 de março de 2022 a Companhia possui R\$ 6.688.091 em debêntures de empresas parceiras, sendo R\$ 5.241.233 com a Boreal Comercializadora de Energia Ltda e R\$ 1.446.857 com a Ascensus Gestão e Participações S/A, que se necessário, será convertido em capital social.

Notas Explicativas

Romaxis Securitizadora S/A
Demonstrações financeiras de acordo com
as práticas contábeis adotadas no Brasil
em 31 de março de 2022

1.2 Impactos do Covid-19

Desde o dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia. O surto provocado pela contaminação de COVID-19, que evoluiu e continua evoluindo, gerando impacto nas atividades globais. Tendo em vista as avaliações da Emissora, informamos que, até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, não observamos eventos e impactos financeiros relevantes dentro das operações destas Demonstrações Financeiras.

2 Riscos

2.1 Risco de mercado

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Política anti-inflacionária

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

Notas Explicativas

Romaxis Securitizadora S/A
Demonstrações financeiras de acordo com
as práticas contábeis adotadas no Brasil
em 31 de março de 2022

2.3 Risco institucional

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.4 Risco fiscal

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos.

Em relação aos impostos federais, havendo mudança nestes, existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.5 Risco Operacional

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.6 Direitos Creditórios

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.7 Risco de Crédito

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.8 Inadimplência

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3 Apresentação das demonstrações financeiras

As Informações Trimestrais foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária” e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

Notas Explicativas

Romaxis Securitizadora S/A
Demonstrações financeiras de acordo com
as práticas contábeis adotadas no Brasil
em 31 de março de 2022

Continuidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4 Principais práticas contábeis

A Informações Trimestrais são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

4.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração

(i) Ativos Financeiros – reconhecimento e mensuração

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Notas Explicativas

Romaxis Securitizadora S/A
Demonstrações financeiras de acordo com
as práticas contábeis adotadas no Brasil
em 31 de março de 2022

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 31(a)). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo

Notas Explicativas

Romaxis Securitizadora S/A
Demonstrações financeiras de acordo com
as práticas contábeis adotadas no Brasil
em 31 de março de 2022

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- **Ativos financeiros a VJR** – Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota explicativa 10(o)(v) para derivativos designados como instrumentos de hedge.
- **Ativos financeiros a custo amortizado** – Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

Romaxis Securitizadora S/A
Demonstrações financeiras de acordo com
as práticas contábeis adotadas no Brasil
em 31 de março de 2022

- **Instrumentos de dívida a VJORA** – Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
 - **Instrumentos patrimoniais a VJORA** – Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.
- (iii) **Passivos Financeiros – Reconhecimento e mensuração**
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor justo por meio do resultado (“VJR”). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

4.3 Reconhecimento de receita

- (i) **Prestação de serviços**
A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão deles, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.
- (ii) **Receita de juros**
Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.
- (iii) **Receita de securitização**
O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

Notas Explicativas

Romaxis Securitizadora S/A
Demonstrações financeiras de acordo com
as práticas contábeis adotadas no Brasil
em 31 de março de 2022

4.4 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo.

4.5 Impostos e contribuições

(i) *Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes*

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são apurados com base no lucro real e são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

(ii) *Imposto sobre serviços*

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as sociedades de crédito imobiliário.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2022 não identificou ajustes a serem contabilizados.

Notas Explicativas

Romaxis Securitizadora S/A
Demonstrações financeiras de acordo com
as práticas contábeis adotadas no Brasil
em 31 de março de 2022

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A empresa deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12 Imobilizado

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

Notas Explicativas

Romaxis Securitizadora S/A
Demonstrações financeiras de acordo com
as práticas contábeis adotadas no Brasil
em 31 de março de 2022

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto de o imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual.

4.13 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.14 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça, quando necessário, julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.15 Demonstrações financeiras do exercício anterior

As Informações Trimestrais referentes ao período findo em 31 de março de 2021 foram reclassificadas, na Demonstração de Fluxo de Caixa, sendo reclassificado o saldo de R\$ 2.667 da atividade de financiamento para a atividade operacional referente aos movimentações dos saldos com Partes Relacionadas, para fins de comparação.

5 Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Depósitos bancários a vista	90.225	19.547
Aplicações financeiras	853.918	276.991
Total de Caixa e equivalentes de caixa	944.143	296.538

6 Direitos creditórios a receber

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de

Notas Explicativas

Romaxis Securitizadora S/A
Demonstrações financeiras de acordo com
as práticas contábeis adotadas no Brasil
em 31 de março de 2022

cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

Notas Explicativas

Romaxis Securitizadora S/A
*Demonstrações financeiras de acordo com
as práticas contábeis adotadas no Brasil
em 31 de março de 2022*

- (i) Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- (ii) Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

- (a) Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Duplicatas a receber	-	21.060.906
(-) Duplicatas Clientes à Conciliar	1.016.402	835.449
Clientes Diversos	22.239.735	-
Total de direitos creditórios	23.256.137	21.896.355

- (b) Posição por vencimento em dias da carteira de Clientes Diversos a receber:

Vencimentos	Valor
A vencer	19.485.662
Até 5 dias	644.621
De 6 a 35 dias	164.006
De 35 a 60 dias	909.838
De 61 a 90 dias	563.798
De 91 a 120 dias	368.428
Acima de 121 dias	103.382
Total Geral	22.239.735

7 Partes relacionadas

A conta “Partes Relacionadas” refere-se a operações que a Companhia realizou com empresas do grupo, sendo que tais operações não possuem onerosidade por nenhuma das partes, bem como não possuem vencimento estipulado em contrato, as quais sendo tanto em favor quanto como obrigação da Romaxis e estão dispostas da seguinte forma:

a. Ativo não circulante

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
RMX Serviços de cobranças	109.346	106.832
Amplus	692.311	692.311
Total de Partes relacionadas	801.657	799.143

Notas Explicativas

Romaxis Securitizadora S/A
*Demonstrações financeiras de acordo com
as práticas contábeis adotadas no Brasil
em 31 de março de 2022*

b. Passivo circulante

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Fator Securitizadora	181.721	181.351
Total de Empréstimos e Financiamentos	181.721	181.351

A companhia incorreu no período findo em 31 de março de 2022 um montante de R\$ 15.000 (quinze mil reais) referente às despesas com remuneração da administração.

8 Imobilizado

A conta de “imobilizado” é composta por:

Descrição	Taxa	Custo	31/03/2022		31/12/2021	
			Depreciação /Amortização.	Residual	Residual	
Equipamento, processamento dados	10%	30.862	(6.293)	24.569	26.112	
Móveis e utensílios	10%	7.332	(2.315)	5.017	5.201	
Software	20%	192.863	(23.452)	169.411	129.627	
Total do Imobilizado		231.057	(32.060)	198.997	160.940	

9 Obrigações tributárias

A conta “Obrigações tributárias” é composta por:

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Cofins a recolher	6.749	2.311
CSLL estimativa a recolher	25.829	25.829
IRPJ estimativa a recolher	63.747	63.747
PIS a recolher	1.097	376
CSRF retido a recolher	1.149	13.141
IOF sobre mútuo a recolher	120	123
IRRF retido a recolher	371	4.239
ISS retido a recolher	100	100
Provisão IRRF sob debêntures	6	42.866
Total de Obrigações tributárias	99.168	152.732

10 Outras obrigações

Notas Explicativas

Romaxis Securitizadora S/A
*Demonstrações financeiras de acordo com
as práticas contábeis adotadas no Brasil
em 31 de março de 2022*

A conta “outras obrigações” trata-se de adiantamentos feitos por clientes em contas garantidas para darem segurança nas operações conforme o seu volume de descontos e estão dispostos da seguinte forma:

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Adiantamento de clientes	37.852	37.852
Obrigações Trustee	2.015	3.655
Depósitos Não Identificados	5.000	-
Aluguéis a pagar	15.000	15.000
Cheques a Compensar	592.742	585.334
Dividendos a Pagar	340.488	340.488
Total de Obrigações tributárias	993.097	982.329

Notas Explicativas

Romaxis Securitizadora S/A
Demonstrações financeiras de acordo com
as práticas contábeis adotadas no Brasil
em 31 de março de 2022

11 Debêntures

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão privada de debêntures, em 04 de dezembro de 2017, onde foram emitidas 5.000 (cinco) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais), realizada em 6 (seis) séries, com as seguintes características:

- As debêntures da 1ª série são de classe subordinada, composta de 500 (quinhentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 250% (duzentos e cinquenta por cento) do CDI.
- As debêntures da 2ª série são de classe subordinada, composta de 500 (quinhentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 200% (duzentos por cento) do CDI.
- As debêntures da 3ª série são de classe subordinada, composta de 500 (quinhentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 180% (cento e oitenta por cento) do CDI.
- As debêntures da 4ª série são de classe subordinada, composta de 500 (quinhentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 150% (cento e cinquenta por cento) do CDI.
- As debêntures da 5ª série são de classe subordinada, composta de 1.000 (um mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 130% (cento e trinta por cento) do CDI.
- As debêntures da 6ª série são de classe subordinada, composta de 2.000 (duas mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis” e mais 100% (cem por cento) do CDI.

A Companhia realizou a 2ª (segunda) emissão privada de debêntures, em 10 de julho de 2018, onde foram emitidas 1.000 (um mil) debêntures simples da espécie subordinada não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), realizada em 5 (cinco) séries, com as seguintes características:

- As debêntures da 1ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 0,9% (zero vírgula nove por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR

Aos Conselheiros e Diretores da

Romaxis Securitizadora S.A

Joinville – Santa Catarina

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Romaxis Securitizadora S.A (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Conforme mencionado na nota explicativa 6 às informações contábeis intermediárias, o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 apresenta o montante de R\$ 23.256.137 na rubrica de direitos creditórios a receber. Para o montante de R\$ 1.016.402, registrado na sub-rubrica duplicatas de clientes à conciliar, a Companhia não nos forneceu a composição analítica, bem como a conciliação dos saldos. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação ao saldo da referida sub-rubrica em 31 de março de 2022, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do período findo naquela data.

Adicionalmente, o montante de R\$ 22.239.735 foi registrado na referida rubrica de direitos creditórios a receber pelo valor de face dos respectivos recebíveis sendo a receita de securitização com deságio, apurada pela diferença entre o valor de face e o preço de transação, reconhecida no momento da aquisição destes títulos. De acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, no reconhecimento inicial, a Companhia deve mensurar o ativo financeiro ao seu valor justo, devendo a receita financeira de juros ser reconhecida por meio da aplicação do método de juros efetivos, ao longo do prazo do instrumento financeiro. Consequentemente, em 31 de março de 2022 o saldo de direitos creditórios a receber e o patrimônio líquido estão apresentados a maior no montante de R\$ 1.689.225. Desse total, o montante de R\$ 239.240 se refere ao efeito a maior no prejuízo do período findo em 31 de março de 2022 e o montante de R\$ 1.928.465 refere-se aos efeitos de exercícios anteriores, líquidos de efeitos tributários.

Também não foram fornecidos pela Companhia, até a data de conclusão dos nossos trabalhos, os estudos e memórias de cálculo que suportam que não há provisão de perdas esperadas a serem contabilizadas para os ativos financeiros em 31 de março de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, conforme requerido pelo CPC 48. Se a Companhia tivesse elaborado as referidas análises para a provisão de perdas esperadas certos elementos das informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2022 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 poderiam ter sido afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável por nós quantificar os efeitos dos referidos ajustes sobre as informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2022 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelo possível efeito e pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediária, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, exceto pelo possível efeito e pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021 foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 23 de março de 2022 sem modificação e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses do trimestre findo em 31 de março de 2021 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 6 de maio

de 2022, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março 2021, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 16 de junho de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027685/O-0 'F' SP

Mark Suda Yamashita
Contador CRC 1SP271754/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento à Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria DECLARA ter revisto, discutido e concordado com as Demonstrações Financeiras da Companhia, referente ao período de 31 de março de 2022.

Joinville - SC, 14 de junho de 2022.

DIRETORIA

Pedro Luis Mees

Diretor Presidente e Relação com Investidores

André Effting Vanderlinde

Diretor Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento à Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria DECLARA ter revisto, discutido e concordado com as opiniões expressas no relatório de revisão especial dos auditores independentes da Companhia de 16 de junho de 2022, referente ao período de 31 de março de 2022.

Joinville - SC, 16 de junho de 2022.

DIRETORIA

Pedro Luis Mees

Diretor Presidente e Relação com Investidores

André Effting Vanderlinde

Diretor Vice-Presidente